

LICITAÇÃO DAS ESTATAIS

Nº05/2023 - ETURB PROCESSO SEI Nº 00081.000209/2023-15

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTO RÍGIDO E REDE DE DRENAGEM DA AV. DOM HELDER CÂMARA - EXTENSÃO: 929,78m NO MUNICÍPIO DE TERESINA- PICONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO IV- MEMORIAL DESCRITIVO, TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.



CAPÍTULO PRIMEIRO – CREDENCIAMENTO	3
CAPÍTULO SEGUNDO - DO OBJETO	4
CAPÍTULO TERCEIRO – DAS CONDIÇÕES E IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO E TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO A ME/EPP/MEI:	5
CAPÍTULO QUARTO – DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	7
CAPÍTULO QUINTO – DOS PRAZOS	7
CAPÍTULO SEXTO – DOS PREÇOS	8
CAPÍTULO SÉTIMO – DAS MEDIÇÕES E DOS PAGAMENTOS	9
CAPÍTULO OITAVO – GARANTIA.....	12
CAPÍTULO NONO – DA PROPOSTA DE PREÇOS	12
CAPÍTULO DÉCIMO – DA HABILITAÇÃO	15
CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DO PROCEDIMENTO, RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES.....	21
CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	23
CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.....	26
CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.....	27
CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO – DAS SANÇÕES	28
CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	28
CAPÍTULO DÉCIMO SÉTIMO – DO CONTRATO	31
CAPÍTULO DÉCIMO OITAVO – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	32
CAPÍTULO DÉCIMO NONO – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	35
ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO	43
ANEXO II - M O D E L O DE CARTA DE CREDENCIAMENTO.....	64
ANEXO III - MODELO PARA FORMULAR PROPOSTA COMERCIAL	65
ANEXO IV – MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	66
ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO HAVER IMPEDIMENTO PARTICIPAR	67
DA LICITAÇÃO	67
ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPPS).....	Erro! Indicador não definido.
ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO.....	68
ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE VISTORIA	69
ANEXO IX - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	70
ANEXO X - MATRIZ DE RISCOS	71
ANEXO MODELO – XI TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DE INFORMAÇÕES	73

EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ETURB
EDITAL DE LICITAÇÃO DAS ESTATAIS Nº 05/2023 – ETURB
PROCESSO SEI Nº 00081.000209/2023-15

A EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO - ETURB, por meio da Coordenação Geral da Central de Licitações/SEMA/PMT, designada no Decreto nº 20.692, de 03 de março de 2021 (Gabinete do Prefeito), da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA, autorizados pelo Termo de Cooperação Técnica N.º 001/2023, torna público aos interessados, que a Comissão Permanente de Licitação (OBRAS II), da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos-SEMA, designada pelo Decreto N.º 23.480, pelo Decreto DOM - nº 3.433, de 06/01/2023 (Gabinete do Prefeito Municipal), **estará reunida no dia 28 abril, às 10:00 horas, na SEMA**, a fim de proceder à Sessão de Abertura da Licitação das Estatais N.º 05/2023 do tipo **menor preço**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, para receber e abrir os Envelopes de Propostas de Preços e Documentações das empresas que pretenderem participar da licitação, conforme faculta a Lei n.º 13.303 de 30/06/2016 e suas alterações subsequentes, bem como a legislação correlata e demais exigências deste Edital.

CAPÍTULO PRIMEIRO – CREDENCIAMENTO

1.1. A Sessão de Recebimento dos Envelopes de nº 01 (Proposta de Preços) e nº 02 (Documentos de Habilitação) e Abertura dos Envelopes, será realizada **às 10:00 horas do dia 28 de abril de 2023**, na sala de licitações Obras 2, localizada na SEMA, Rua Firmino Pires, nº 121, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP nº 64.000-070.

1.2. Os envelopes nº 01, contendo a Proposta de Preços, e nº 02, contendo a documentação de Habilitação, poderão ser entregues:

1.2.1. Através de portador, na SEMA, localizada a Rua Firmino Pires, nº 121, Edifício Deolindo Couto, Térreo, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP nº 64.000-070, até o horário e data marcada no item 1.1.

1.2.2. Diretamente à Comissão Permanente de Licitação, no início da Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes, no endereço acima descrito, na hora marcada no item 1.1.

1.3. As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão por seu sócio, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do contrato social atualizado ou registro comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade.



1.3.1. A representação também poderá ser feita por procurador munido de documentação que comprove a outorga pelo licitante de poderes necessários para a prática dos atos inerentes ao procedimento licitatório, podendo ser: (a) instrumento público, (b) instrumento particular (c) carta de credenciamento, conforme modelo constante deste Edital, juntamente com documento que comprove a representação legal e contenha a assinatura do outorgante, além de cópia do documento de identidade do credenciado ou procurador, em todos os casos.

1.3.2. Os interessados que não se credenciarem devidamente como representantes de licitantes poderão participar das sessões, mas não poderão manifestar-se como tal.

1.3.3. O credenciado poderá representar apenas um licitante.

1.3.4. Apresentar Declaração conforme Anexo V – Declaração de não haver impedimento a participação na licitação.

1.4. Nenhuma proposta ou habilitação será recebida pela Comissão após o início da abertura do Envelope nº 1 (Proposta de Preços).

1.5. Informações de mero expediente poderão ser solicitadas à Comissão Permanente de Licitação de Obras CPL OBRAS II e-mail: comissaoobras2.sema@pmt.pi.gov.br.

1.6. Os pedidos de esclarecimentos e impugnação do edital deverão ser protocolados, devidamente munidos de prova dos poderes de representação (assinatura, endereço, razão social, telefone para contato e correio eletrônico), junto ao **Setor de Protocolo**, localizado na **SEMA**, situada na Rua Firmino Pires, nº 121, Edifício Deolindo Couto, Térreo, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP nº 64.000-070, e ou através do e-mail: comissaoobras2.sema@pmt.pi.gov.br.

1.6.1 Respostas aos esclarecimentos e impugnações solicitados até o quinto dia útil anterior à data prevista no item 1.1 acima, serão divulgadas, exclusivamente, pelo e-mail: comissaoobras2.sema@pmt.pi.gov.br

1.7. Adiantamentos e alterações, do Edital, serão divulgados da mesma forma, no mesmo endereço acima, além da publicação no Diário Oficial do Município, no sítio eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, e nos demais jornais da publicação inicial, quando for o caso.

CAPÍTULO SEGUNDO - DO OBJETO



2.1. O objeto da presente Licitação trata da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA(S) PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTO RÍGIDO E REDE DE DRENAGEM DA AV. DOM HELDER CÂMARA - EXTENSÃO: 929,78m NO MUNICÍPIO DE TERESINA- PICONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO ANEXO IV - MEMORIAL DESCRITIVO, TERMO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.**

2.2. A contratação tem valor estimado de **R\$ 9.213.177,73 (Nove milhões, duzentos e treze mil, cento e setenta e sete reais e setenta e três centavos)**, conforme Planilha Orçamentária.

CAPÍTULO TERCEIRO – DAS CONDIÇÕES E IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÕES NA ETURB E TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO A ME/EPP/MEI:

3.1. Não poderão participar desta licitação, licitantes:

3.1.1. Empresas e empresários em estado de Falência, sob Concurso de Credores, em Processo de Recuperação Judicial ou Extrajudicial ou, ainda, em fase de Dissolução ou Liquidação, conforme a Lei nº 11.101/2005, que não consigam apresentar na fase de habilitação a sua viabilidade econômica;

3.1.2. Empresas e empresários apenados com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Teresina;

3.1.3. Empresa declarada inidônea por Órgão ou Entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Distrito Federal, Estadual ou Municipal, e que não tenha sua idoneidade restabelecida;

3.1.4. Empresa cuja atividade social não seja pertinente e compatível com os objetos deste Edital;

3.1.5. Empresa cujos Diretores, Responsáveis Legais ou Técnicos, Membros de Conselho Técnico, Consultivo, Deliberativo ou Administrativo ou Sócio, pertençam, ainda que parcialmente, a Empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma Empresa, que esteja participando desta licitação, ou que sejam Funcionários, Empregados ou ocupantes de Cargo Comissionado da Prefeitura Municipal de Teresina;

3.1.5.1. Caso constatada, ainda que a posteriori, tal situação a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 90 da Lei nº 8.666/93;

3.1.6. O autor do Projeto, Básico ou Executivo, Pessoa Física ou Jurídica, exceto na condição descrita no §1º, Art. 9º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

3.1.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.1.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3.1.9. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017);

3.1.9.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos

Aplica-se a vedação prevista no item 3.1:

3.2. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

3.2.1 Dirigente da ETURB;

3.2.2 Empregado da ETURB cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

3.2.3 Autoridade do Município de Teresina, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários, Superintendentes, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.

3.2.4 Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a ETURB há menos de 6 (seis) meses.

3.3. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação:

I. De pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II. De pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

III. De pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

3.4. É permitida a participação das pessoas jurídicas e da pessoa física de que tratam os incisos II e III deste item, nesta licitação ou na execução de contrato, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da ETURB.

3.5. Para fins do disposto neste item, considera-se participação indireta a existência de vínculos de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto básico, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

3.6. O disposto neste item aplica-se a empregados da ETURB incumbidos de levar a efeito atos e procedimentos realizados no curso da licitação.

3.7 Tratamento Diferenciado conferido a ME/EPP/MEI:

Em relação a aplicação do Art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006, esclarecemos que a ETURB verificou que não é vantajoso o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visto a natureza do bem, além de representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; consoante art. 49, I I, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como Decreto Federal nº 8.538, art. 10, I, parágrafo único.

CAPÍTULO QUARTO – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.1. As despesas decorrentes da execução da(s) obra(s) e/ou serviço(s), objeto desta licitação correrão à conta orçamentária de 2023 e exercícios seguintes, a saber:

**CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA DOTAÇÃO: 20001. 15451 0004 1. 724 -
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - DESPESA: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES
FONTE DE RECURSO: 1500100/ 1501100/ 1754619/ 1754626/ 1750115/ 2750115**

CAPÍTULO QUINTO – DOS PRAZOS

5.1. **O prazo de execução será de 08 (oito) meses**, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço, obrigando-se a Contratada a observar os prazos, de acordo com o Cronograma.

5.2. Prazo de validade das propostas não deverá ser inferior a **15 (quinze) dias**, contados a partir da data de sua apresentação.

5.3. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, firmado **a partir da data da assinatura do contrato** até a emissão do Termo de Recebimento pelo CONTRATANTE, nos

prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência, não podendo ser prorrogado, conforme a natureza do objeto.

CAPÍTULO SEXTO – DOS PREÇOS

6.1. Os licitantes deverão propor o **menor preço** correspondente aos itens da Planilha de Orçamento, referentes a Obras e Serviços e/ou Materiais, conforme os Anexos deste instrumento, quando for o caso.

6.1.1 Preço unitário e total do(s) item(s), devem estar inclusos nos preços ofertados todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação (Havendo divergência entre os preços unitários e total, prevalecerá o primeiro e, se a divergência for entre o valor em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso).

6.2. Para a obtenção do Preço Unitário aplicar-se-á o critério de arredondamento universal quando da ocorrência de frações do centavo.

6.3. O Preço Total do item será o resultado da multiplicação do Preço Unitário pelo quantitativo de cada item, registrado nas Planilhas de Orçamento da ETURB

6.4. O Valor Total do Orçamento será o resultado da soma dos valores dos itens da planilha de orçamento.

6.5. O Valor Total para execução das obras, serviços e materiais absorve e exaure a totalidade das despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, administração local e central, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho, responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, seguros em geral, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, custos financeiros e lucro.

6.6. Junto ao Quantitativo Estimado da Contratação será fornecido no Projeto Básico/Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, o detalhamento com a descrição de cada item e seus respectivos quantitativos necessários para a elaboração das propostas.

6.7. Para a elaboração de sua proposta a licitante deverá observar, obrigando-se de antemão a cumprir rigorosamente:

a) A legislação municipal, estadual e federal vigente, em suas exigências e percentuais corretos a serem aplicados para recolhimento de encargos sociais, impostos, taxas, social - trabalhistas, previdenciária, da infortunistica do trabalho, e outras necessárias ao perfeito cumprimento do objeto ora licitado.

b) Todas as regras que compõem a Descrição do Serviço, os Critérios de Medição, as Notas Explicativas e Insumos Mínimos para Elaboração das Composições, itens componentes da “Regulamentação de Preços e Critérios de Medição”, quando apresentados pela ETURB, bem como outros documentos;

c) Todas as exigências contidas no Memorial Descritivo/Especificações Técnicas/ Projeto Básico e Termo de Referência nos projetos padrões e específicos (quando houver) e demais documentos anexos a esse Edital.

6.7.1. Não será de responsabilidade da ETURB a cobertura de quaisquer recolhimentos de importâncias feitas à menor, decorrentes de cálculos de percentuais em desacordo com o estabelecido na legislação e/ou na documentação retromencionada.

6.8. A infração de qualquer das recomendações do item 6.7 detectada pela Fiscalização da ETURB na execução das obras e serviços dará motivo à retenção do pagamento da medição para correção do equívoco.

CAPÍTULO SÉTIMO – DAS MEDIÇÕES E DOS PAGAMENTOS

7.1. As medições serão elaboradas pela Gerência de Obras e Serviços de Engenharia GOS, da ETURB, e atestada por Fiscal de Obras, designado para este fim, após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e os materiais empregados.

7.2. PAGAMENTO:

7.2.1. O pagamento será realizado em até 30 dias corridos, contados da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicado pelo contratado, preferencialmente, na instituição financeira Banco do Brasil S.A.

7.2.2. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar à CONTRATANTE solicitação de pagamento, devidamente protocolada, acompanhada dos documentos abaixo relacionados:



7.2.3. Requerimento, devidamente assinado, constando nome da empresa, número e valor da nota fiscal e dados bancários;

7.2.4. Cópia legível do empenho;

7.2.5. Nota fiscal ou nota fiscal - fatura, devidamente atestada, encaminhada pelo responsável pelo recebimento do produto ou serviço à CONTRATANTE, sanadas as irregularidades constatadas.

7.2.6. Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, devidamente atualizada.

7.2.7. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado.

7.2.8. Certidão de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

7.2.8.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.2.9. Cópias do Contrato, ordem de serviços e Aditivos (quando houver).

7.2.10. Para início do procedimento de pagamento pela Administração, é imprescindível à Contratada a abertura de Processo Administrativo de Pagamento, a ser realizada por meio de processo eletrônico através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Para tanto, necessário o cadastro de usuário das empresas/fornecedores responsáveis pela solicitação de pagamento no site <https://prodater.pmt.pi.gov.br/processoeletronico>, sob orientação e acompanhamento da PRODATER, pelo número 3215-7592, e-mail: processoeletronico@pmt.pi.gov.br;

7.2.11. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal do contratado.

7.2.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, a Contratada será notificada para que providencie as medidas saneadoras.

7.2.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.14. Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou,

no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.2.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.16. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.2.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

7.2.18. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

7.2.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.4. Constatando-se situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.6. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurados à Contratada contraditório e ampla defesa.

7.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

7.8. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente.

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$II = 0,00016438$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

CAPÍTULO OITAVO – GARANTIA

8.1. A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento da sua via do contrato assinada, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo de Referência, conforme disposto no artigo 70 da Lei nº 13.303 de 2016, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

8.1.1 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia no momento da assinatura do contrato:



8.2. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

8.3. Seguro - garantia;

8.4. Fiança bancária.

8.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, com correção monetária, em favor do contratante.

8.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

8.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

CAPÍTULO NONO – DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada no Envelope nº 1, fechado, endereçado à:

ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS-SEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (OBRAS II)
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS
LICITAÇÃO DAS ESTATAIS-ETURB Nº ____/_____
DIA: ____/____/____ HORA: ____ (____)
Razão Social e CNPJ(MF) da licitante:_____
Endereço Completo da licitante:_____

9.2. O envelope nº 01 deverá conter:

- a) Proposta de Preços que deverá ser apresentada digitada ou impressa em impressoras gráficas ou a laser, em 01 (uma) via, segundo modelo integrante deste Edital, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;
- b) A Proposta de Preços deve conter as seguintes informações:
- Preço total final proposto;
 - Prazo de execução;
 - Prazo de validade da proposta, conforme item 5.2;
 - Assinatura do representante legal, identificando-o;
 - Nome da proponente, e demais informações do edital.

9.2.1 **Planilha orçamentária de obras e/ou serviços** apresentado com duas casas decimais em planilha, com quantitativos, custos unitários, parciais e totais dos serviços especificados, datados, carimbados e **assinados pelo responsável técnico da empresa na última folha**, onde conste o valor global da obra e/ou serviço, e rubricado em todo o restante das folhas, contendo valores em reais, **com data-base a mesma data do orçamento referencial**, incluindo a Planilha de Composição de Preços, conforme modelo padrão da Prefeitura Municipal de Teresina, em mídia digital, gravado em planilha eletrônica, bem como, impressas e assinadas.

9.2.3. As Composições de Preços devem ser apresentadas com os componentes, coeficientes e preços de insumos.

9.2.4. Nos custos unitários propostos pela licitante, deverão estar compreendidos todos os preços de materiais, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas indiretas, **devendo ser mantidos os mesmos insumos das composições dos custos unitários** utilizados no orçamento da PREFEITURA.

9.2.5. **Cronograma Físico-Financeiro** conforme apresentado pela CONTRATANTE, que poderá ser ajustado por negociações bilaterais, em função de motivos supervenientes.

9.2.6. Demonstrativo da(s) composição(ões) da(s) Taxa(s) de BDI proposta(s), em forma de porcentagem, em algarismos arábicos, apresentado com duas casas decimais, a ser aplicada sobre os custos unitários da planilha orçamentária, **em formulário e mídia digital**, conforme modelo da Prefeitura.

9.2.7. Planilha de Composição de Leis Sociais e Trabalhistas ofertados pela licitante.

9.2.8. A apresentação da Proposta de Preços pressupõe completo conhecimento por parte da licitante das condições estabelecidas neste Edital, assim como todas as condições que serão encontradas no canteiro de obras.

9.2.9. As quantidades e unidades constantes da Proposta de Preços não poderão ser divergentes as apresentadas na Planilha Orçamentária utilizada pela Prefeitura Municipal de Teresina-PMT.

9.2.10. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não contiverem as informações requeridas ou que contrariarem este Edital.

CAPÍTULO DÉCIMO – DA HABILITAÇÃO

10.1. Poderão participar desta Licitação empresas qualificadas para a execução de obras e serviços similares aos da presente licitação.

10.2. A Licitante deverá apresentar o Envelope nº 02 (Documentos de Habilitação), fechado, com os seguintes dizeres em sua parte externa frontal:

ENVELOPE Nº 02 - HABILITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E REC. HUMANOS-SEMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (OBRAS II)
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº ____/_____
DIA: ____/____/____ HORA: ____ (____)
Razão Social e CNPJ(MF) da licitante:_____
Endereço Completo da licitante:_____

10.2.1. A critério da CPL OBRAS II, poderão ser exigidos das empresas licitantes os originais dos documentos que forem apresentados no Envelope nº 2, sob a forma de reproduções xerográficas, os quais serão devolvidos após exame e conferência.

10.2.2. A falta de qualquer dos documentos, ou sua apresentação em desacordo com o presente Edital, implicará na inabilitação da licitante.

10.2.3. Fica estabelecido que os Documentos de Habilitação a serem abertos somente será (ão) do (s) licitante (s) vencedor (es) do certame.

10.3. O Envelope nº 2 (Habilitação Jurídica) deverá conter a documentação seguinte:

10.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus Administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.2. Qualificação Técnica

10.3.2.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conforme determinado pelos artigos 58 e seguintes da Lei nº 13.303/2016, devendo observar ainda as exigências seguintes para qualificação técnica, comprovada conforme segue:

10.3.2.1.1. Registro ou inscrição da empresa licitante e do(s) responsável(is) técnico(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

10.3.2.2 Comprovação da Capacidade Técnico - Operacional da empresa através de certidão e/ou atestado, fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, a qualquer tempo, para obras rodoviárias de complexidade e extensão equivalente ou superior ao do objeto desta licitação, executados pela empresa licitante, e que comprove ter executado as parcelas de maior relevância:

DESCRIÇÃO	UND	EDITAL	EXIGÊNCIA (50%)
Pavimento de concreto com equipamento de pequeno porte - areia e brita comerciais	m ³	3.207,74	1.603,87
Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	128.309,64	64.154,82

Enrocamento de pedra espalhada e compactada mecanicamente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m ³	2.730,00	1.365,00
Defensa maleável dupla - fornecimento e implantação	m	360,00	180,00
Pintura de faixa com plástico a frio bicomponente à base de resinas metacrílicas por extrusão (alto relevo)	m ²	1.301,69	650,85
Escavação manual de vala em material de 1ª categoria	m ³	3.744,00	1.872,00

10.3.2.2.1 As quantidades exigidas são iguais ou inferiores ao limite de 50% das quantidades dos serviços utilizadas no projeto, constantes na faixa A da curva ABC:

10.3.2.2.2 Os serviços elencados nesta lista foram selecionados por apresentarem características semelhantes e serem típicos e representativos dos contratos de obras de Pavimentação Asfáltica, além de apresentarem relevância quanto ao aspecto financeiro pois são constantes na faixa A da curva ABC.

10.3.2.3. Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos atestados:

A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço) Localização do serviço.
- Serviços executados (discriminação e quantidades).

10.3.2.4. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação.

10.3.2.5. Os atestados e/ou certidões de Capacidade Técnico-Operacional deverão ter sido emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e discriminação dos serviços.

10.3.2.6. Quando a certidão e /ou atestado não for emitido pelo contratante principal do serviço (órgão ou ente público), deverá ser juntada à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que a empresa indicada foi responsável pela sua execução;
- Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;



- c) Contrato firmado entre contratado principal e licitante subcontratado, devidamente registrado no conselho profissional competente.

10.3.2.7 Os atestados de capacidade Técnico-Profissional e Técnico-Operacional (empresa) poderão ser apresentados da seguinte maneira:

- a) um atestado para cada item exigido ou;
- b) atestado que contenha um ou mais itens exigidos.

10.3.2.8. Quando à Capacitação Técnico-Profissional: comprovação mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços a licitante executou serviços de características técnicas similares às do objeto licitado, que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, e tendo este responsável técnico executado obra de objeto similar. Ademais, deverá comprovar em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, de pelo menos um Engenheiro Civil sob pena de desclassificação.

QUADRO 02 - CAPACIDADE PROFISSIONAL – SERVIÇO (S) REQUERIDO (S)

Pavimento de concreto com equipamento de pequeno porte - areia e brita comerciais	m ³
Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg
Enrocamento de pedra espalhada e compactada mecanicamente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m ³
Defensa maleável dupla - fornecimento e implantação	m
Pintura de faixa com plástico a frio bicomponente à base de resinas metacrílicas por extrusão (alto relevo)	m ²
Escavação manual de vala em material de 1ª categoria	m ³

- a) Os Responsáveis Técnicos e/ou Membros da Equipe Técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame;
- b) Contrato Social da licitante, em que conste o profissional como sócio; ou

- c) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelas partes; ou
- d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional; ou
- e) No caso de empresa individual, sócio ou proprietário da empresa por intermédio da apresentação do Registro Comercial; ou
- f) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou Certidão Simplificada da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;

10.3.2.9 No decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

10.3.2.10. Quando solicitadas, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

10.3.2.11. Serão aceitos atestados com certidões de acervo técnico similares aos itens de maior relevância e ou atestados que abranjam o mesmo conteúdo do objeto desta licitação.

10.4. Capacidade Econômica e Financeira

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados **na forma da Lei**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Serão considerados aceitos como **na forma da Lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados**:

a.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima - S/A): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

a.2) Sociedades por Cota de Responsabilidade Limitada (LTDA): por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.;

a.3) Empresários e sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

a.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou fotocópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e Encerramento;

b) A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no Balanço Patrimonial apresentado, que deve apresentar **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

c) A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada por com base no balanço apresentado, e deverá, obrigatoriamente, ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente em papel timbrado da empresa, assinada por profissional registrado no Conselho Regional de Contabilidade-CRC, aferida mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

d) O licitante que apresentar **índices econômicos iguais ou inferiores a 01 (um)** em qualquer dos índices acima deverá comprovar, na data da apresentação da documentação, que possui: **capital social** registrado, na forma da Lei, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente, válidas na data de entrega dos Documentos de Habilitação e Propostas; **ou Patrimônio Líquido** mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação.

d.1) **Se a comprovação dos índices econômicos for através do Capital Social a licitante vencedora deverá efetuar o depósito da Garantia de Execução Contratual em uma das modalidades estabelecidas no item 15 deste Edital.**

d.2) Caso seja apresentada comprovação do Patrimônio Líquido na forma deste item não será exigida a garantia de que trata o **item 15 deste Edital**, conforme Súmula nº 275/12-Tribunal de Contas da União-TCU.

e) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, observadas as disposições da Lei nº 11.101/05. Quando a Certidão não estiver com indicação de prazo de validade será considerado **o prazo de até 60 (sessenta) dias**, a contar da data da expedição da mesma.

f) A não apresentação das demonstrações contábeis ou apresentadas em afronta as Normas Brasileiras de Contabilidade NBC's do Conselho Federal de Contabilidade acarretará a inabilitação da licitante.

10.3.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Comprovante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica-CNPJ(MF) da sede da licitante e, se houver, de sua filial no Estado do Piauí;

b) Certidão de Regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, fornecida na forma da Lei, pelas repartições públicas competentes da sede da licitante, inclusive Certidão Negativa da Dívida Ativa, onde houver, das respectivas Fazendas;

c) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei Federal nº. 12.440/11).

e) Comprovante de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio da sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO – DO PROCEDIMENTO, RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES.

11.1. No dia, hora e local designados, com a participação dos membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL OBRAS II), será realizado o Credenciamento dos participantes e a Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes nº 1 e 2, na presença dos representantes das licitantes que se interessarem, munidos dos respectivos credenciamentos, de acordo com a seguinte rotina:

a) Recebimento das Cartas de Credenciamento dos representantes das empresas participantes e dos Envelopes Nºs 1 e 2:

- a.1) O credenciamento do representante se fará, nos termos do Capítulo Primeiro.
- b) Abertura dos envelopes nº 1 – Proposta Comercial, para análise e classificação das propostas comerciais;
- c) Confirmada a proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a CPL OBRAS II negociará condições mais vantajosas com quem a apresentou;
- d) Abertura do Envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação, da licitante que ofertou a melhor proposta;
- e) Estando a documentação de habilitação, da empresa que ofertou a melhor proposta, de acordo com o disposto no Edital, será adjudicado em prol da mesma o objeto da contratação.
- f) Em caso de inabilitação da licitante que ofertou a melhor proposta, os procedimentos previstos nas letras “d” e “e” serão aplicados às demais licitantes, observada a ordem de classificação das propostas comerciais.

11.2. Apenas um representante de cada empresa, devidamente credenciado, será admitido a manifestar-se durante a Sessão.

11.3. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a modificação ou substituição de qualquer documento constante dos Envelopes nº 1 e/ou 2, após a sua entrega a Comissão de Licitações.

11.4. Após definido o licitante vencedor do certame, os demais Envelopes nº 2 – Documentos de Habilitação serão devolvidos aos representantes presentes à sessão ou, na ausência destes, deverão ser retirados junto a CPL OBRAS II, no **prazo de 15 (quinze) dias**, a contar **da data de abertura da sessão, sob pena de inutilização**.

11.5. Ao final dos trabalhos será lavrada ata circunstanciada da Sessão, subscrita pelos membros da CPL OBRAS II e pelas licitantes ou seus procuradores presentes, na qual deverão constar a data, local da Sessão, nomes dos membros da CPL OBRAS II, nome das Licitantes que tiveram suas propostas comerciais classificadas ou desclassificadas, menção dos motivos de eventuais desclassificações de propostas ou inabilitações de licitantes, valores totais das propostas, condições apresentadas e quaisquer ocorrências que interessarem ao julgamento das propostas e dos documentos de habilitação.

11.6. A decisão relativa à classificação das propostas e habilitação de licitantes será comunicada diretamente pela Comissão valendo como intimação das partes a subscrição da ata, desde que presentes todos os participantes.

11.7. Na hipótese de não estarem presentes à sessão todos os participantes, esses serão intimados da decisão quanto à classificação das propostas e habilitação de licitantes através de e-mail, para efeito de possível interposição de Recurso Administrativo.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. A CPL OBRAS II verificará se as propostas atendem às condições estabelecidas neste Edital e nos seus anexos, desclassificando as que não satisfizerem às exigências no todo ou em parte.

- a) O **julgamento das Propostas de Preços** será feito pelo **critério do menor preço**.
- b) Na condução e julgamento deste certame é vedado o uso de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir qualquer dos princípios ou o julgamento equitativo da licitação.
- c) Na data da abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços, os documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitação e oferecidos para assinatura pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.
- d) Não se considerará qualquer oferta de vantagens não estabelecida neste Edital, inclusive financiamento subsidiado ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes. Bem como não se admitirá Proposta de Preços que apresente preços unitários, parciais, totais ou global simbólicos, irrisórios, de valor zero, excessivo ou manifestamente inexequíveis.
- e) Se houver divergência de preço entre o mesmo serviço, de mesmo código, na composição sintética, a Comissão considerará o menor valor, exceto quando justificado por documentação.

12.2. As **Propostas de Preços devem atender** aos requisitos do Edital de Licitação e seus Anexos e **serão verificadas quanto a erros**, os quais **serão corrigidos da seguinte forma**:

- a) **Discrepância entre valores grafados em algarismos e por extenso**: prevalecerá o valor por extenso;

- b) **Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente:** será retificado mantendo-se o preço unitário, a quantidade e corrigindo-se o produto da multiplicação;
- c) **Erro de adição:** será retificado, conservando-se as parcelas corretas e trocando-se a soma;
- d) **Erro de lançamento de quantitativos na planilha orçamentária** será corrigido utilizando-se os quantitativos constantes do projeto básico e das planilhas que acompanham o Edital de Licitação, mantendo-se todos os demais fatores multiplicadores, de soma ou quaisquer outros;
- e) **Erro de lançamento da composição de Preço Unitário na Planilha Orçamentária:** prevalecerá o menor valor ofertado.
 - e.1) Caso o menor valor seja o da composição analítica, este substituirá o valor constante na planilha sintética. Do contrário, a Comissão realizará diligência para fins de comprovação do menor valor ofertado pela licitante, não configurando inclusão de nova documentação.

12.3. O método de Pareto poderá ser utilizado no processo de avaliação dos itens quando a licitação se tratar de obra de grande porte, que exija a elaboração de planilhas de custos cujo detalhamento envolva a discriminação de centenas de itens, com o objetivo de otimizar e conferir celeridade ao trâmite do processo.

12.4. Erros no preenchimento da planilha de formação de preço da licitante não constituem motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.

12.5 A critério da Comissão de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das Propostas de Preços.

12.6. Em relação às composições de Preço Unitário (Composição Analítica):

12.6.1. Deverá ser apresentada com todos os insumos (material, mão de obra, equipamentos e serviços) conforme o da Prefeitura. Não será aceita a Supressão e/ou modificação de INSUMOS na composição analítica, sob pena de desclassificação da proposta.

12.6.2. Não será admitida a alteração das quantidades dos insumos previstos na planilha de orçamento, ressalvado mão de obra, sob pena de desclassificação da proposta.

12.6.3. Somente no que se refere aos materiais e às instalações de sua propriedade, poderá a licitante declarar que renuncia à parcela ou à totalidade da remuneração respectiva, de acordo com o disposto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal n.8.666/93 e suas alterações, caso em que deverá ser discriminado o tipo de material, a quantidade, o preço e o local onde se encontra estocado.

12.6.4. Caso a empresa apresente valores diferentes para o mesmo insumo será feita Diligência para adequação do menor valor

12.7. Os itens Administração Local, Mobilização e Desmobilização, **não poderão ter seus quantitativos alterados**, sendo corrigidos por erro de quantitativo pela Comissão de Licitação.

12.7.1 Se a licitante não aceitar as correções feitas nos termos supracitados, sua Proposta de Preços será rejeitada e desclassificada.

12.8. Após a análise das Propostas de Preços, **serão desclassificadas, as Propostas que:**

a) Apresentarem preços unitários superiores aos constantes na Planilha Orçamentária utilizada pela Prefeitura Municipal de Teresina-PMT. Excepcionalmente, em condições especiais, devidamente justificadas em Relatório Técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários, propostos pelos licitantes, ultrapassar os respectivos custos previstos na referida Planilha Orçamentária;

b) Não atenderem às exigências contidas neste certame;

c) Contiverem vício insanável ou ilegalidade;

d) Não apresentarem as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos;

e) Apresentarem, na composição de seus preços:

e.1) Taxa de Encargos Sociais ou taxa de Bonificação e Despesas Indiretas – B.D.I. inverossímil;

e.2) Quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

f) Apresentarem preço global superior ao orçamento estimado para os serviços pelo órgão requisitante da licitação ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do(s) objeto(s) deste Edital.

12.9. Erros no preenchimento da planilha de formação de preço da licitante não constituem motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado.

12.10. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

12.11. A demonstração da viabilidade dos preços ofertados deverá ser acompanhada, pelo menos, dos seguintes documentos e informações: número, mês e ano da publicação especializada pesquisada, de onde foram extraídos os preços dos produtos e da mão-de-obra bem como, em cada item, o número da respectiva página, juntamente com a cópia da mesma;

12.12. Quando se tratar de preços pesquisados no mercado, a licitante encaminhará os documentos comprobatórios da pesquisa dos preços de mão de obra e apresentará declaração do fornecedor, comprometendo-se a vender o produto pelo preço constante da sua Proposta de Preços.

12.13. Quando a licitante alegar a propriedade do material e/ou equipamento, comprová-lo-á por meio idôneo, ou juntará a respectiva Nota Fiscal-NF, em seu nome.

12.14. No caso de empate das Propostas:

Procedida à classificação e constatando empate entre duas ou mais Propostas de Preços, e não for o caso de utilização da preferência do subitem anterior, o desempate far-se-á assegurando preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.14.1. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha da licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados em horário e local a serem definidos pela Comissão Permanente de Licitação. Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada, e caso não compareçam todos os convocados, o sorteio será realizado a despeito das ausências.

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. A fase recursal será única e ocorrerá após o término da fase de habilitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da publicação/divulgação do resultado, salvo no caso de inversão de fases.

13.2. Os recursos deverão ser protocolados, com a devida comprovação dos poderes de representação (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato e correio eletrônico), junto ao **Setor de Protocolo**, localizada a Rua Firmino Pires, nº 121, Edifício Deolindo Couto,

SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos

Térreo, Bairro Centro, Teresina-PI, CEP nº 64.000-070, e ou através do e-mail:
comissaoobras2.sema@pmt.pi.gov.br



13.3. Os recursos serão disponibilizados pela internet no site: <http://PMT.PI.GOV.BR/>, sendo de responsabilidade dos proponentes acessá-los para obtê-los. A partir da data de disponibilização, as demais empresas participantes poderão apresentar contrarrazões, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

13.4. É facultado à Comissão Permanente de Licitação, CPL OBRAS II, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais das propostas, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo. Todavia, é vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta.

13.5. É assegurado aos licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.6. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

13.7. Os prazos se iniciam e vencem exclusivamente em dias úteis, desconsiderando-se os feriados e recessos praticados pela ETURB, no âmbito de sua sede, localizadas em Teresina – PI.

13.8. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9. No caso da inversão de fases, os licitantes poderão apresentar recursos após a fase de habilitação e após a fase de julgamento das propostas, adotando-se os mesmos procedimentos e prazos previstos nesta seção.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1. Havendo renúncia dos presentes na Sessão, prevista no item 1.1 deste Edital, ou transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso, ou após o julgamento dos recursos interpostos, o processo de licitação será encaminhado pela Coordenação de Licitações da SEMA ao Diretor Presidente da ETURB, para apreciação, adjudicação e homologação.



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO – DAS SANÇÕES

15.1. A licitante poderá ficar pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciada do Cadastro de Fornecedores pelo qual este órgão é cadastrado quando:

- a) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta,
- d) Não celebrar o contrato ensejar o retardamento da execução da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato a Prefeitura Municipal de Teresina poderá nos termos do artigo 83 da Lei 13.303/2016, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.3. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas neste termo de referência serão precedidos de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A Contratada deverá executar os serviços de engenharia em conformidade com a Licença Ambiental e o respectivo estudo ambiental, quando couber, em função da legislação vigente no local de execução dos serviços.

16.2. Na execução dos serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:

a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.

b) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

c) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada.

d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

e) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

f) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

16.3. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na **Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010**, nos seguintes termos:

a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

b) Nos termos dos **artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002**, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber aos seguintes procedimentos:

b.1) Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de preservação de material para usos futuros;

b.2) Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

b.3) Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

b.4) Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

16.4. Nos termos do **artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005**, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme **artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;**

b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme **artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;**

c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme **artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.**

16.5. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

16.6. Somente serão aceitas para o fornecimento do material necessário à execução dos serviços de engenharia deste TR, as usinas de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) com comprovação de licenciamento ambiental, inclusive dos insumos utilizados (brita, areia, entre outros), conforme legislação vigente.

CAPÍTULO DÉCIMO SÉTIMO – DO CONTRATO



17.1. A contratação das obras e serviços ora licitados será feita mediante instrumento hábil.

17.2. A adjudicatária deverá assinar o contrato com a ETURB em até **03 (três) dias corridos** após convocação da ETURB, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas na Lei e no presente Edital. O presente prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação formal da adjudicatária.

17.3. O contrato será assinado pelo (s) representante (s) legal (is) da adjudicatária de acordo com o constante do documento de constituição da empresa, cujos nomes constarão, obrigatoriamente, da proposta comercial (De preços).

17.4. Para assinatura do Contrato, a empresa deverá comprovar a Regularidade com: a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e Seguridade Social) abrangendo as contribuições sociais (**INSS**) e Regularidade Fiscal junto às Fazendas Estadual (**ICMS**) e a Fazenda Municipal (**ISS**), expedidas pelos órgãos competentes, onde a empresa tenha sede ou domicílio, ou outra equivalente na forma da Lei.

17.5. Certidão de Regularidade de Situação perante o **FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

17.6. Comprovação de Inexistência de Débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**. (Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011).

17.7. Na hipótese de se fazer representar, o procurador deverá apresentar, no ato de assinatura do contrato, o competente instrumento de mandato (Procuração) do qual conste expressamente poderes para assinar o contrato em nome da empresa outorgante, o qual será anexado ao instrumento contratual.

17.8. As demais obrigações da Contratante e Contratada não encontradas neste edital constam no Anexo I – Minuta do Contrato.

17.9. Uma vez assinado pela empresa adjudicatária, o instrumento contratual será encaminhado para assinatura dos representantes da ETURB, datado, registrado e acompanhado na Gerência de Gestão de Contratos - GEGCO.

CAPÍTULO DÉCIMO OITAVO – SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

18.1. A Contratada deverá fornecer a todos os trabalhadores, Equipamento apropriado de Proteção Individual – EPI, bem como os Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC indicados à preservação da saúde e integridade física dos seus empregados.

18.2. A Contratada deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs, conforme legislação vigente.

18.3. O EPI fornecido ao empregado deverá obrigatoriamente conter o número do Certificado de Aprovação – CA emitido pelo órgão federal competente, e a identificação da empresa contratada.

18.4. A Contratada, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da legislação relativa a segurança e medicina do trabalho, da Lei Federal n.º 6.514 de 22/12/77, portaria 3.214 de 08/06/78 e Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho.

18.5. A Contratada não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

18.6. Serão observadas pela Contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio da Contratante e de outrem, e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria n.º 3.214, de 08/06/78 - Lei Federal n.º 6.514 de 22/12/.

18.7. Somente estão autorizadas a executar obras para a Contratante as Contratadas que possuam profissionais qualificados e instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho, e que apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas. Portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos, previstos os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.

18.8. A Contratante atuará objetivando o total cumprimento das normas, conforme contido no subitem 19.4, estando autorizada a interditar obras ou parte destas em caso do não cumprimento das exigências previstas em Lei. Essas paralisações se houverem, não serão caracterizadas como justificativa por atraso nas obras.

18.9. A Contratada deverá providenciar de imediato o cumprimento das exigências da Contratante. Para casos específicos, a fiscalização poderá conceder prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para observação das exigências.

18.10. Esgotado o prazo descrito no item anterior, a Contratante poderá promover as medidas que forem necessárias, descontando da Contratada as despesas daí decorrentes, sem prejuízo de outras penalidades previstas nas Condições Gerais de Contrato, inclusive a sua rescisão.

18.11. Caberá à Contratada solicitar a Contratante a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidentes em obras e/ou bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

18.12. A empresa contratada deverá manter, em todos os locais das obras, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de Segurança do Trabalho e especificações do Manual de Obras de Saneamento.

18.13. É obrigatório a Contratada elaborar e cumprir o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, nos estabelecimentos com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR 18 e outros dispositivos complementares de segurança, elaborado e executado por profissional legalmente habilitado na área de Segurança do Trabalho.

18.14. As obras com mais de 50 (cinquenta) funcionários devem ter um Técnico de Segurança do Trabalho da empresa contratada, para atender ao Quadro II, anexo da NR 4; atuando e controlando efetivamente os programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho dos órgãos federais competentes; assessorando na implementação pelo empregador, no atendimento das normas regulamentadoras – NRs: NR 5, NR 6, NR 10, NR 18, NR 23, NR 24, NR 33 e NR 35 e alterações quando houver, fazendo o controle e orientação dos riscos aos trabalhadores, zelando pela integridade física deles.

18.15. Para obras elétricas a Contratada, antes de iniciá-las, deverá apresentar ao responsável da fiscalização DA ETURB o prontuário, contendo uma cópia do registro e/ou contrato de trabalho dos profissionais, uma cópia autenticada dos respectivos certificados de treinamento da NR-10 atualizados e demais documentos solicitados nesta norma, dos profissionais que trabalharão na mesma, a fim de comprovar o cumprimento das exigências da NR-10 quanto a treinamentos, habilitações, qualificações e capacitações de pessoal e dos responsáveis pela obra, sob pena de rescisão contratual, ficando durante o período da obra estes documentos disponíveis para a fiscalização da ETURB e dos órgãos federais competentes, com respectiva anotação no Boletim de Ocorrência.

CAPÍTULO DÉCIMO NONO – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

19. Obrigações da CONTRATANTE:

19.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

19.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

a) Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo, através de comissão/servidor especialmente designado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

19.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

a) Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;

b) Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo;

c) Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o material objeto do presente Termo;

d) Fazer cumprir a garantia do material, quando for o caso.

19.5. Obrigações da CONTRATADA:

a) A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

- b) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- c) O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- e) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- f) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- i) Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros que decorram direta ou indiretamente da prestação do serviço;
- j) Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à ETURB/CEASF ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
- k) Manter em estoque um mínimo de materiais e componentes de reposição regulares necessários à execução do objeto do contrato;
- l) Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;
- m) Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;
- n) Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;
- o) Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, em conformidade com as exigências legais de higiene, composição e classificação;
- p) Orientar os representantes da Contratante quanto à correta armazenagem, manuseio e higiene dos produtos;
- q) Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com a Contratante;
- r) Providenciar imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Fiscalização, quando da execução do contrato;
- s) Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc...

19.5.1. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema Único de Registro Cadastral do Município de Teresina - SURT, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado
4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VI I-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5.2 O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue acompanhado de documentação fiscal e respectivo termo de garantia do fabricante, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento.

19.5.3. Não será permitido rolar, arrastar, tombar ou qualquer tipo de agressão que possa danificar os produtos no ato da entrega ou de sua retirada.

19.5.4. Não será permitido à Contratada substituir a marca dos produtos fornecidos sem prévia consulta (constando a comprovação, por parte da CONTRATADA, da equivalência ou superioridade do produto, que deverá ser feita mediante documentação técnica acompanhada da respectiva justificativa técnica para a alteração juntamente com as amostras do novo equipamento) e autorização expressa da Contratante.

CAPÍTULO VIGÉSIMO -

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO:

20.1 Os serviços deverão ser entregues fielmente de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

20.2 Será (ão) designado (s) representante (s) para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

20.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de

imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 76 da Lei nº 13.303/2016, nem a exime de manter fiscalização própria;

20.4 O representante da Administração, sob pena de responsabilização administrativa, anotárá em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

20.5 Não serão aceitos equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

20.6 Compete, ainda, especificamente à **FISCALIZAÇÃO**:

- a) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início da realização do fornecimento imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecedor de equipamentos/Requisição de compra/Nota de empenho;
- b) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- c) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- d) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros para a realização dos serviços;
- e) Dar ao CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a CONTRATADA ou mesmo à rescisão do Contrato.

CAPÍTULO VINTE E UM

DAS PENALIDADES:

21.1. O inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas sujeitará a Contratada às penalidades previstas em lei, garantida a ampla defesa;

21.2. Considera-se inadimplemento parcial, dentre outros, a entrega de objeto(s): a) fora do prazo contratual; b) em quantitativo menor do que o solicitado; c) fora da especificação; d) defeituoso; e) com vícios inerentes ao transporte, à armazenagem ou à fabricação; f) em embalagem inapropriada; g) não cumprimento da garantia.

21.3. Para as hipóteses previstas nas alíneas “a” a “g”, o atraso na entrega/complementação/substituição do objeto sujeitará a contratada às multas previstas no subitem abaixo.

21.4. A critério da Administração, na hipótese de descumprimento parcial prevista na alínea b, do subitem 09.1.1, caso seja conveniente, poderá o objeto ser aceito, sem prejuízo da multa compensatória de até 8% sobre o valor da Nota de Empenho e glosa do valor correspondente à parcela não cumprida.

- a) Para as hipóteses previstas nas alíneas “f” e “g”, sendo necessária a substituição e ultrapassado o prazo estabelecido pela Administração CONTRATANTE, será aplicada multa compensatória de até 8% sobre o valor da Nota de Empenho respectiva.
- b) Considera-se inadimplemento total: a não entrega do objeto da presente licitação ou a não substituição do objeto defeituoso ou fora das especificações ou com vícios inerentes ao transporte, à armazenagem ou à fabricação; o atraso injustificado, superior a 60 (sessenta) dias, contados a partir do prazo de entrega estabelecido no Termo de Referência;
- c) Para as hipóteses de inadimplemento total, caberá aplicação da multa prevista no subitem 09.1.3.

21.5. O inadimplemento contratual sujeita a contratada às seguintes penalidades:

- a) Advertência, aplicada nos seguintes casos:

I – descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega, desde que não implique maiores transtornos para a Contratante, passível de aplicação de sanção mais grave;

II – outras ocorrências que possam acarretar transtornos na entrega, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

- b) Multa moratória de 0,3% por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, no descumprimento do prazo de entrega do objeto e descumprimento das demais obrigações assumidas, até o 30º (trigésimo) dia;
- c) Multa moratória de 0,4% por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida do respectivo empenho no descumprimento das obrigações assumidas, após o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades, limitada ao 60º dia de atraso;

III- Constitui hipótese de inexecução total o atraso superior a 60 (sessenta) dias na entrega do objeto, sujeito à rescisão da avença e multa compensatória de até 15%

SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos



sobre o valor do contrato, quando não houver justificativa deferida pela Administração, sem prejuízo da possibilidade de aplicação da penalidade descrita na alínea “e”.

IV- Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Teresina e será descredenciado do Sistema Único de Registro Cadastral do Município de Teresina - SURT pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência, no edital e no contrato e das demais cominações legais.

- a) A multa aplicada poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou cobrada judicialmente.
- b) Será apenada com rescisão contratual e multa de até 15% sobre o valor total do contrato a Contratada que não regularizar a documentação entregue juntamente com a nota fiscal, no prazo concedido pela Contratante.

CAPÍTULO VINTE E DOIS

DAS PRORROGAÇÕES

22.1. Prorrogação contratual na forma do artigo 71 da Lei 13303/96.

22.2. Obra deverá seguir o cronograma físico financeiro em anexo com o prazo estipulado pelo mesmo, podendo ser prorrogado por intercorrências naturais, contudo não devendo ser superior a vigência do contrato;

22.3. A prorrogação contratual deve ser justificada previamente pela Administração Pública, que deverá demonstrar a vantagem da medida para o interesse público e a compatibilidade da prorrogação com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a lei orçamentária anual, podendo ser prorrogados por até 12 meses, desde que justificada a necessidade.

22.4. É vedado o contrato por prazo indeterminado.

DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Integram o presente Edital, como seus anexos, os seguintes documentos, devendo, quando for o caso, ser obrigatoriamente preenchido:



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

- a) ANEXO I - Minuta de Contrato;
- b) ANEXO II - Modelo de Credenciamento;
- c) ANEXO III - Modelo para formular Proposta;
- d) ANEXO IV – Memorial Descritivo e Especificações Técnicas;
- e) ANEXO V – Declaração de não haver impedimento a participação na licitação;
- f) ANEXO VI – Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou empresa de Pequeno Porte (EPPs);
- g) ANEXO VII – Declaração de Pleno Conhecimento do Objeto;
- h) ANEXO VIII – Declaração de Vistoria;
- i) ANEXO IX – Termo de Recebimento Definitivo;
- j) ANEXO X – Matriz de Riscos.
- h) ANEXO XI – Termo de Confidencialidade

23.2. Os interessados poderão designar Engenheiro Civil para efetuar visita técnica, para conhecimento das obras e serviços a serem executados. Para acompanhamento da visita técnica, fornecimento de informações e prestação de esclarecimentos porventura solicitados pelos interessados torna-se necessária marcação prévia da visita na ETURB. **Vale ressaltar, que esta visita técnica não é obrigatória. Para tanto, os licitantes deverão formalizar uma declaração que conhecem o local da Obra e que não pairam nenhuma dúvida relativa à execução, e que tem conhecimento do Termo de Referência.**

23.3. Os licitantes se obrigam a examinar cuidadosamente todos os documentos publicados no sitio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí: www.tce.pi.gov.br, não sendo válida qualquer alegação de desconhecimento dos seus termos.

23.4. Fica reservado ao Diretor Presidente da ETURB o direito de revogar a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, bem como anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer

SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos



escrito e devidamente fundamentado, ficando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Teresina (PI), 31 de março de 2023.

Lázaro Soares Guedes Rodrigues

Coordenador da Central de Licitações de Teresina/Pi

João de Deus Duarte Neto

Presidente da ETURB



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

ANEXO I – MINUTAS DE CONTRATOS

ANEXO I. A – MINUTA DE CONTRATO (LOTE 01)

CONTRATO Nº XXXXXXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO – ETURB, E A EMPRESA XXXXXX, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (C.B.U.Q.) DA RUA BRAZ HONÓRIO, TRECHO: ESTACA 0 A ESTACA 145 + 10,08, COM 2,91 KM DE EXTENSÃO, NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

Pelo presente instrumento particular, A EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO – ETURB, **Sociedade de Economia Mista Municipal, inscrita no C.N.P.J sob o nº xxxxxxxxxxxx, com sede e foro na xxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro xxxxxx, na cidade de Teresina, Estado do Piauí,** representada neste ato por dois de seus **Diretores**, o Sr. XXXXXXXX, CPF Nº XXXXXXXXX e o Sr. XXXXXXXX, CPF Nº XXXXXXXXX e a empresa XXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade XXXXXXXX, inscrita no C.N.P.J. sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu Representante Legal, o Sr(a)XXXXXXXXXXXXX, CPF Nº XXXXXXXXXXXXXXXX, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos precisos poderes outorgados pelos Estatutos Sociais, têm justo e contratado o presente negócio jurídico, o qual será regido pelas disposições da Lei nº. 13.303/16, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE**, e pelas demais normas estaduais incidentes a esta espécie de negócio jurídico, mediante as Cláusulas constantes do contexto deste instrumento, que mutuamente outorgam e aceitam:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONSTITUI O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTO RÍGIDO E REDE DE DRENAGEM DA AV. DOM HELDER CÂMARA - EXTENSÃO: 929,78m NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI.



CLÁUSULA SEGUNDA As despesas decorrentes da execução da(s) obra(s) e/ou serviço(s), objeto desta licitação correrão à conta orçamentária de 2023 e exercícios seguintes, a saber:
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA DOTAÇÃO: 20001. 15451 0004 1. 724 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA - DESPESA: 4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES FONTE DE RECURSO: 1500100/ 1501100/ 1754619/ 1754626/ 1750115/ 2750115

DA DESCRIÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS/DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – A descrição da obra e serviços, a cargo da **CONTRATADA**, são os consignados no Memorial Descritivo e nas Especificações Técnicas e referidos na Proposta apresentada pela **CONTRATADA** e anexos que são parte integrante deste instrumento, tal como se aqui estivessem transcritos.

3.1. Todos os serviços deverão ser executados em consonância com o projeto e prescrições contidas nas Especificações, Normas e Especificações Técnicas da ABNT, Legislação Municipal, Normas e Procedimentos de Segurança do Trabalho.

3.2. Fica reservado à **CONTRATANTE**, o direito e competência de resolver todo caso singular e por ventura omissa no Projeto ou nestas Especificações.

3.3.A supervisão da execução dos serviços estará sempre a cargo de um engenheiro credenciado pela **CONTRATADA** junto à **CONTRATANTE**.

3.4.A fiscalização será supervisionada por engenheiro devidamente designado pela **CONTRATANTE**.

3.5.É indispensável à qualificação adequada do pessoal na execução das obras e serviços. A **CONTRATADA** se obriga a afastar todo e qualquer elemento que, a critério exclusivo da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, possa prejudicar a qualidade dos serviços, a ordem e o bom andamento da obra.

3.6.A **CONTRATADA** sempre prestará à **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, todos os esclarecimentos e informações sobre programação e andamento dos trabalhos, suas peculiaridades e tudo mais julgado necessário ao desempenho de suas atribuições.

3.7.A **CONTRATADA** acatará, de imediato, às solicitações e ordens da **FISCALIZAÇÃO** da **CONTRATANTE**, que terá plena competência para suspender os serviços da obra, total ou parcialmente, por meios amigáveis ou não, sempre que julgar conveniente, por motivos de ordem técnica, disciplina ou segurança do trabalho.

3.8.A existência e atuação da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE em nada diminuem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne às obras e suas aplicações imediatas e remotas, sempre de conformidade com as condições contratuais e, de modo especial, com a legislação vigente.

3.9.A CONTRATADA manterá sempre à disposição da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, todos os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços, bem como, a inspeção das instalações da obra, dos materiais e dos equipamentos.

3.10.A CONTRATADA é a única responsável pela segurança do pessoal, pela guarda e conservação de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, assim como pela proteção destes e da obra como um todo.

3.11.Todos os materiais a serem empregados na obra, ou sua eventual reposição, serão de boa qualidade e satisfarão às especificações e padrões da ABNT. Os materiais e equipamentos serão armazenados em local apropriado, de acordo com a sua natureza e atendendo às recomendações dos fabricantes. Nestes locais não será permitido guardar materiais que não se destinem à obra, nem aqueles que, pôr qualquer motivo, não forem aceitos pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE.

3.12.Materiais ou equipamentos fornecidos pela CONTRATANTE serão inspecionados pela CONTRATADA no ato do recebimento, podendo a mesma se recusar a recebê-los em caso de avarias ou qualquer outro motivo que impeça a sua adequada utilização.

3.13.Competem à CONTRATADA os serviços de limpeza e regularização das áreas, bem como os serviços de locação da obra.

3.14.Compete à CONTRATADA, a quem cabe também o ônus de sua manutenção, executar as instalações do canteiro de obras, previamente aprovadas pela CONTRATANTE, em construção fixa ou móvel, com indispensável segurança e boas condições de higiene e adequabilidade dos depósitos.

3.15.No final da obra, a CONTRATADA promoverá a completa restauração da área ocupada pelas instalações da obra.

3.16. A contratada deverá observar a legislação brasileira sobre segurança e higiene do trabalho, bem como as normas e instruções de segurança da CONTRATANTE. A contratada é obrigada a manter os trabalhadores com indumentárias adequadas e que não atentem ao decoro público e aos bons costumes.

3.17. A contratada será responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos causados a pessoas e propriedades em decorrência dos trabalhos de execução de obras e instalações por que responda, correndo às suas expensas sem responsabilidade ou ônus algum para a CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar. A execução dos serviços deverá ser plenamente protegida contra o risco de acidentes com o próprio pessoal e com terceiros.

3.18. Observados os prazos e condições que a lei estipula, a aceitação definitiva das obras e instalações não acarreta, de modo algum, a exoneração da contratada e seus técnicos da responsabilidade civil e técnica por futuros eventos decorrentes e relacionados à execução dos serviços recebidos. A CONTRATANTE ficará isenta de quaisquer ônus, participação ou responsabilidade direta ou indireta, por danos e prejuízos à vida ou patrimônio público causados por defeitos, falhas, deficiência ou impropriedades de ordem técnica verificados nas obras e instalações subcontratadas.

3.19. Deverão ser protegidas todas as propriedades públicas e privadas contra qualquer perigo devido aos serviços, não devendo ser interrompido o funcionamento de qualquer serviço de utilidade pública. Para isso deverão ser aplicados todos os esforços e meios disponíveis, visando garantir a plena integridade das instalações relacionadas a tais serviços. Os danos causados a propriedades públicas ou privadas, devido à imperfeição ou descuido na execução, deverão ser reparados no menor prazo possível.

3.20. Durante o andamento das obras, a contratada deverá manter o local de trabalho livre de obstáculos, detritos e tudo o que restrinja a liberdade de trabalho ou contrarie as normas de higiene e segurança do trabalho.

3.21. Quando, por qualquer motivo, os serviços forem suspensos, a contratada continuará responsável pela manutenção de todo o material existente no local e pela segurança do canteiro de obra contra acidentes, tanto com veículos como com pessoas. Caso necessário, a CONTRATANTE exigirá que a contratada mantenha no local, vigias e faça obras complementares, com o fim de manter a segurança.

3.22. Os empregados deverão dispor de todos os meios dispositivos de uso pessoal destinados à sua proteção física, devendo ser cumprido o disposto na Norma Regulamentadora NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual, da Portaria n.º 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho.

3.23. A contratada fica obrigada a cumprir integralmente os projetos, plantas, detalhes e todos os elementos que deles possam ser interpretados e deduzidos, bem como as modificações e/ou complementações que forem impostas pela CONTRATANTE.

3.24. Todo o material utilizado na obra deverá satisfazer às especificações da ABNT e ainda serem de modelo e tipo aprovados pela CONTRATANTE. Em casos especiais, tratando-se de material para o qual ainda não haja especificações aprovadas pela ABNT, as especificações requeridas serão as dos órgãos competentes, ou as estrangeiras.

3.25. Os serviços a serem executados deverão obedecer, no geral, ao projeto e suas alterações, relação quantitativa dos serviços, além do exposto nas especificações e normas brasileiras. A contratada deverá executar os serviços empregando mão-de-obra habilitada e técnicas e materiais rigorosamente enquadrados nas especificações estabelecidas.

3.26. Correrão às expensas da contratada e sem direito a qualquer indenização ou prazo, não só a demolição e consequente reconstituição de qualquer obra ou instalação realizada inadequadamente, como ainda, se for o caso, a substituição de material inadequado ou de má qualidade. A contratada deverá efetuar todos os entendimentos necessários com a empresa concessionária de distribuição de energia e com órgãos federais, estaduais e municipais competentes, ou outros que se fizerem necessários, à execução de ligação de energia elétrica.

3.27. Quando houver necessidade de execução de serviços de desmatamento, a contratada deverá entrar em contato com os órgãos responsáveis, estaduais ou federais, para providenciar as licenças necessárias. Também é de responsabilidade da contratada a obtenção de autorizações dos órgãos competentes para rompimento de pavimentos de rua, alteração de tráfego, remanejamento de interferências, etc.

DA DOCUMENTAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA– Fazem parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, os documentos seguintes, cujo teor é de pleno conhecimento da **CONTRATADA**:

a) Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, nos autos da **Licitação das Estatais - ETURB N° xx/2023**, datado de XXXXXXXX devidamente revalidada no ato de assinatura deste instrumento.

b) Os documentos da licitação constantes **da Licitação das Estatais - ETURB N° 0xx/2023, PROCESSO/SEI N° XXXXXXXXXXXXXXXX**, com todas as Especificações, Projeto e Proposta Detalhada;

c) Termo de Homologação, datado de XXXXXXXX.



CLÁUSULA QUINTA – O prazo de execução será de 8 (oito) meses, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEXTA – A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste Contrato, pelo valor de acordo com sua Proposta, estando já incluídos no mencionado preço, todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza.

O presente Contrato importa o **valor total de R\$ XXXXXXXX(XXXXXXXXX)**.

DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS

CLÁUSULA SÉTIMA – As medições serão elaboradas pela Gerência de Obras e Serviços de Engenharia – GOS - ETURB, e atestado por Fiscal de Obras, designado para este fim, após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e os materiais empregados.

7.1. O pagamento será efetuado, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de recebimento da nota fiscal/fatura devidamente atestada.

7.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro executada.

7.4. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.5.1. Não produziu os resultados acordados;

7.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade



SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos
mínima exigida; ou



7.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária.

7.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SURT-TERESINA para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.9. Constatando-se, junto ao SURT-TERESINA, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

7.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

7.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SURT-TERESINA.

7.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF/ SURT-TERESINA.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$II = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

DA GARANTIA

CLÁUSULA OITAVA –A CONTRATADA prestará no prazo de 10 (dez) dias úteis, após a homologação do objeto do certame, Garantia de Execução Contratual, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades: seguro garantia, fiança bancária ou caução em dinheiro.

8.1 A caução para garantia do Contrato poderá ser feita numa das seguintes modalidades, a critério da CONTRATADA:

a) Caução em moeda corrente;

b) Seguro Garantia;

c) Fiança Bancária, prestada por entidade financeira, com expressa renúncia pelo fiador aos benefícios do artigo 827, do Código Civil.



8.2. Caso haja alteração de prazo do Contrato, a CONTRATADA se obriga a renovar a Caução de Garantia Integral do Contrato pelo mesmo período da alteração contratual observando as mesmas modalidades.

8.3. Caso a licitante vencedora preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do ANEXO III.

8.4. Caução em dinheiro, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA NONA Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato a Prefeitura Municipal de Teresina poderá nos termos do artigo 83 da Lei 13.303/2016, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão temporária de participação em licitações em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

9.1. A aplicação de multas, bem como a anulação do empenho ou a rescisão do contrato, ou todas as sanções relacionadas neste termo de referência serão precedidos de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

DA ALTERAÇÃO DO PROJETO

CLÁUSULA DÉCIMA - A alteração do projeto, caso se torne necessária, que ocasione repercussão no preço e no prazo aqui formalizados, poderá implicar na formalização de Termo



SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos



Aditivo a este instrumento, mediante acordo entre as partes, observado o disposto nas Normas e Especificações da CONTRATANTE.

DA MÃO-DE-OBRA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA** todas as despesas e responsabilidades concernentes a mão-de-obra, abrangendo transportes, seguros, previdência social e obrigações trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATADA** é responsável pela conduta de seu pessoal, podendo a **CONTRATANTE** exigir o afastamento imediato de qualquer empregado cuja permanência seja considerada, a critério da **CONTRATANTE**, prejudicial às obras e serviços e às boas relações desta com autoridades ou particulares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caso a **CONTRATANTE** seja demandada como parte Requerida em Ações Trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato e venha a ser responsabilizada direta, indireta, solidária ou subsidiariamente, a **CONTRATADA** deverá ressarcir todas as despesas inerentes à apresentação de defesa da **CONTRATANTE**, bem como eventuais valores que vierem a ser penhorados, dados em garantia ou pagos em decorrência de referidas ações, autorizando, desde já, que sejam retidos e compensados os créditos devidos pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, nesse ou em outros contratos em vigor.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A **CONTRATADA** responderá pela solidez, segurança e perfeição das obras e serviços executados, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados da data do recebimento definitivo das obras e serviços, depois de tecnicamente testadas, nos termos do Código Civil. A **CONTRATADA** reconhece, também, por este instrumento, que é a única e exclusiva responsável por danos e prejuízos que causar à **CONTRATANTE**, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do presente contrato, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

PARÁGRAFO ÚNICO



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CONTRATANTE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.

DA SEGURANÇA NO TRABALHO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A **CONTRATADA** é responsável, igualmente, pela segurança dos trabalhadores nas obras e serviços aqui contratados, especialmente quanto ao cumprimento das disposições legais referentes à Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, especialmente à NR-4 da Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para cumprimento do disposto nesta Cláusula, obriga-se a **CONTRATADA** a apresentar à **CONTRATANTE**, até 15 (quinze) dias úteis, da data da assinatura do contrato, a relação de nomes e registros dos profissionais de seu Serviço Especializado em Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho - SESMT e, mensalmente, a enviar o Quadro Estatístico de Acidentes, preenchido em 02 (duas) vias com os dados referentes ao mês anterior, quando for o caso.

DOS ENCARGOS FISCAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste instrumento, oriundos de qualquer área de competência tributária, que incidam, ou venham a incidir sobre o presente contrato, serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A inadimplência da **CONTRATADA** quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis, quando for o caso.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A **CONTRATADA** é a única responsável pelo pagamento de multas decorrentes da inobservância de qualquer preceito normativo baixado pelo CREA ou pelos Órgãos Federais



e/ou Estaduais e/ou Municipais, bem como pelo pagamento de quaisquer emolumentos que vierem a ser cobrados em decorrência da execução do presente contrato.

DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A CONTRATADA está obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização, pela CONTRATANTE, da execução das obras e serviços objeto do presente contrato, por funcionários seus e/ou prepostos por ela indicados, facultando-lhes o livre acesso às obras, serviços e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o objeto deste contrato, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CONTRATANTE. O exercício da Fiscalização não desobriga a **CONTRATADA** de sua total responsabilidade técnica quanto às obras e serviços executados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A execução das obras e serviços será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, observado o que se segue:

- a) O representante da CONTRATANTE anotar no Diário de Obra todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, inclusive a observância do prazo de execução do mesmo, os pagamentos dos salários dos prestadores de serviços e cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) O representante da CONTRATANTE atestará no Diário de Obra que as medições efetuadas correspondem aos serviços efetivamente executados pela **CONTRATADA**;
- c) As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;
- d) A existência da fiscalização da CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da **CONTRATADA** na prestação dos serviços a serem executados;
- e) A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da **CONTRATADA** que venha causar embaraço à fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.

PARÁGRAFO SEGUNDO



A ETURB reserva-se o direito de recusar as obras e serviços imperfeitos ou executados em desacordo com as Normas e Padrões em vigor, determinando a sua correção, às expensas da **CONTRATADA**, dentro de prazos fixados pela fiscalização.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

PARÁGRAFO QUARTO

Os profissionais indicados pela **CONTRATADA** para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução deste contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Para os fins previstos na Cláusula anterior, a **CONTRATADA** obriga-se a manter no local das obras e serviços:

- a) Um livro de ocorrências;
- b) Uma cópia do contrato e seus anexos;
- c) Relação dos empregados que ali prestam serviços;
- d) Cópia do CEI, o qual identifica a **CONTRATADA** pela sua denominação e pelo seu nº do CNPJ;
- e) Os projetos e alterações regularmente autorizados, bem como os documentos, desenhos e detalhes de execução das obras e serviços;
- f) As cadernetas de campo, o quadro-resumo, o gráfico de ensaios, controle e os demais documentos técnicos relativos às obras e serviços;
- g) Arquivo ordenado das notas de serviços, relatórios, pareceres e demais documentos administrativos das obras e serviços;
- h) Cronograma de execução, com atualização permanente;

i) Cópia das licenças do órgão ambiental e Certificado de Registro de Propriedade, quando for o caso;

j) Cópia das folhas de avaliações e medições realizadas.

DA CESSÃO A TERCEIROS/SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Não será permitida a subcontratação total do objeto da licitação, sendo apenas autorizado até o limite de 30% do total dos serviços, não sendo permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância, conforme artigo 78 da Lei 13.303/2016, o qual deverá satisfazer no mínimo as seguintes condições:

- a) não conter cláusulas ou condições de qualquer forma nocivas ou inconvenientes aos interesses da CONTRATANTE e/ou da obra;
- b) conter declarações da subcontratada do conhecimento pleno do contrato entre a CONTRATANTE e a contratada e das especificações da obra;
- c) conter indicação do tempo de duração dos serviços subcontratados compatível com o cronograma contratual;
- d) constituir um ato jurídico perfeito e completo, satisfazendo todos os requisitos legais e fiscais.

17.1. No caso de ser concedida a autorização para subcontratação, a contratada continuará, para todo e qualquer efeito, e em qualquer circunstância, a única exclusiva e integral responsável pela obra, pelos serviços subcontratados e pelas suas consequências.

DA GARANTIA DO SERVIÇO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A partir do início da execução dos serviços e pelo prazo e condições que a lei estipula, a contratada é a única responsável pelos eventos decorrentes e relacionados aos serviços executados ou em execução. Até a conclusão dos testes das unidades construtivas, a contratada fica obrigada a manter, por sua conta e risco, as obras e instalações em perfeitas condições de conservação e funcionamento. Deverá também providenciar os reparos, se necessários. Os materiais e equipamentos fornecidos pela contratada deverão ter, no mínimo, o mesmo prazo de garantia dado pelo fabricante. Esse prazo começará a fluir na data de instalação do material/equipamento.

DO RESPEITO AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DA ETURB

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – A CONTRATADA está ciente dos termos constantes do Código de Conduta Ética da CONTRATANTE, anexo, e compromete-se a observar por si, por seus administradores, prepostos, representantes e empregados, os seus princípios e diretrizes, e a manter, durante toda a sua relação com a CONTRATANTE e/ou com terceiros relacionados ao objeto do presente contrato, os mais elevados padrões de ética e integridade, pautando sua conduta com base na ética e na cooperação mútua, produtiva e amigável, com vistas a solucionar de forma harmônica e equilibrada quaisquer questões supervenientes dele decorrentes.

PARÁGRAFO ÚNICO

A **CONTRATADA** deverá observar e fazer observar, por seus fornecedores, prepostos, empregados, colaboradores em geral, prestadores e subcontratados elevado padrão de ética e integridade durante toda a vigência deste contrato. É dever da **CONTRATADA** treinar seus empregados e colaboradores em geral acerca de condutas éticas e do combate à corrupção e fraude.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA – O presente contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na Lei nº 13.303/2016;
- c) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- d) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- e) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

f) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Por acordo entre as partes e mediante a formalização de Termo Aditivo, os quantitativos das obras e serviços objeto desta licitação, poderão ser alterados até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de alterações contratuais para fins de fixação de preços dos insumos e serviços a serem acrescidos no contrato, deverá ser mantido o mesmo percentual de desconto oferecido pela **CONTRATADA**, se houver.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo primeiro, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Os contratos poderão ser rescindidos, conforme legislação aplicável e demais disposições contidas nos respectivos instrumentos, por meio das seguintes formas:

- a) Rescisão Amigável: por acordo entre as partes, conforme condições definidas no Termo de Distrato.
- b) Rescisão Judicial: por determinação judicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:



22.1 Obrigações da **CONTRATANTE**:

1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
4. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo, através de comissão/servidor especialmente designado, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;
5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
7. Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;
8. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo;
9. Exercer rigoroso controle de qualidade sobre o material objeto do presente Termo;
10. Fazer cumprir a garantia do material, quando for o caso.

22.2. Obrigações da **CONTRATADA**:

1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;



2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
9. Responsabilizar-se por todos os tributos e contribuições, tais como impostos, taxas ou outros que decorram direta ou indiretamente da prestação do serviço;
10. Responder, integralmente por perdas e danos que vier a causar à ETURB/CEASF ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeito;
11. Manter em estoque um mínimo de materiais e componentes de reposição regulares necessários à execução do objeto do contrato;
12. Entregar os produtos constantes no Contrato, respeitando, sempre, as normas da ABNT, bem como as portarias e resoluções do INMETRO e da ANVISA, em vigor, no que couber;
 - a) Transportar os produtos em meio adequado para evitar a incidência solar sobre eles, ou quaisquer possíveis danos que venham a lesar o objeto;
 - b) Manter os produtos absolutamente higienizados e sem amassados, sem remendos e sem ranhuras, de forma que não comprometa a qualidade dos produtos fornecidos;

13. Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, em conformidade com as exigências legais de higiene, composição e classificação;

14. Orientar os representantes da Contratante quanto à correta armazenagem, manuseio e higiene dos produtos;

15. Manter os seus empregados sujeitos às normas disciplinares da Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com a Contratante;

16. Providenciar imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Fiscalização, quando da execução do contrato;

17. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc...

18. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema Único de Registro Cadastral do Município de Teresina - SURT, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VI I-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
6. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue acompanhado de documentação fiscal e respectivo termo de garantia do fabricante, de acordo com os prazos estabelecidos neste instrumento.
7. Não será permitido rolar, arrastar, tombar ou qualquer tipo de agressão que possa danificar os produtos no ato da entrega ou de sua retirada.
8. Não será permitido à Contratada substituir a marca dos produtos fornecidos sem prévia consulta (constando a comprovação, por parte da CONTRATADA, da equivalência ou superioridade do produto, que deverá ser feita mediante documentação técnica acompanhada da respectiva justificativa técnica para a alteração juntamente com as amostras do novo equipamento) e autorização expressa da Contratante.

DA MATRIZ DE RISCOS E DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – A ETURB e a **CONTRATADA** são responsáveis pelos riscos contratuais alocados na **MATRIZ DE RISCOS**, que é parte integrante deste instrumento, como se aqui estivesse transcrito.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As situações de caso fortuito ou força maior, supervenientes à data de assinatura do presente Contrato, regularmente comprovadas, ensejarão o compartilhamento dos riscos.

DAS DESPESAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Todas as despesas necessárias ou inerentes à lavratura ou registro deste Contrato será de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

24.1. Os Tributos e Emolumentos, devidos em decorrência de qualquer ato oriundo da execução deste Contrato, será de responsabilidade integral e exclusiva da **CONTRATADA**.

DA ACEITAÇÃO FINAL DO SERVIÇO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – A aceitação final do objeto ora contratado dependerá da prévia verificação, pela **CONTRATANTE**, de sua plena conformidade com o estipulado neste Contrato e nos demais documentos que o complementam e o integram.

PARÁGRAFO ÚNICO – É obrigação do contratado manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, sob pena de rescisão contratual.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Os casos omissos ou situações não explicitadas serão decididos pelas partes, seguindo as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da ETURB, nos termos da lei 13.303/2016.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas ou decorrentes do presente negócio jurídico, elegem as partes contratantes o Foro da Cidade de Teresina, Capital do Estado do Piauí, com renúncias a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se configurar.

E, por estarem assim, de pleno e comum acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de um só teor e para o mesmo efeito.

Teresina, XXXXXXXX

EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO – ETURB

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor Presidente

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor Financeiro

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empresa Contratada



ANEXO II - M O D E L O DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

A EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO – ETURB.

Endereço

Teresina-PI

Ref.: Licitação das Estatais - ETURB Nº xxx/2023

Processo SEI nº. XXXXXXXXXXXXXXXXX

Assunto: Carta de Credenciamento

Prezados Senhores,

Na qualidade de responsável legal por nossa empresa, credenciamos o **Sr. _____**, portador da carteira de identidade nº _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas e lances de preço e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data da abertura.

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal.



ANEXO III - MODELO PARA FORMULAR PROPOSTA COMERCIAL

(em papel timbrado)

À

ETURB

Preço total da proposta em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo de execução:

Garantia:

Valor total estimado por extenso: R\$ XXXXX (xxxxxxx).

O valor estimado engloba o pagamento de taxas, impostos, emolumentos, multas e demais contribuições fiscais que venham a incidir sobre o objeto e o pessoal dela incumbido além dos demais custos direto e indiretos com matérias, serviços e mão de obra especializada, encargos sociais e trabalhistas.

Observação: Anexar planilhas de custo e composições

DADOS DA LICITANTE

Razão Social/Nome:

Endereço:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ()

Email:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta:

Fone: ()

Local e data:

Representante Legal que assina o contrato (nome completo, naturalidade, estado civil, profissão, inscrição no CPF/MF e endereço residencial com CEP), assinatura e carimbo

SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos



ANEXO IV – MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE NÃO HAVER IMPEDIMENTO PARTICIPAR
DA LICITAÇÃO**

DECLARAÇÃO

Ref.: _____

Eu, _____, C.P.F. ----.----.----- na condição de representante legal da empresa _____ declaro, sob as penas da lei, que nesta data, a empresa ou seus dirigentes não se enquadram nas situações previstas no Capítulo Terceiro do Edital.

.....
(data)

.....
(Assinatura do representante legal)

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

(Timbre ou dados da empresa)

À EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO – ETURB Comissão
Permanente de Licitação.

Ref.: _____

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

_____(razão social da licitante), CNPJ nº
_____, estabelecida no(a) _____,

neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____

(representante da empresa e qualificação do mesmo, constando inclusive qual a função/cargo
na empresa), portador(a) de CI/RG nº _____, CPF nº _____

_____, DECLARA, sob as penas da Lei, que possui pleno conhecimento do
objeto da Licitação das Estatais Nº **xxx/2023** e concorda com todas as exigências contidas no
Edital e anexos, que OPTOU por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução dos
serviços, que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão e SE COMPROMETE a prestar
fielmente os serviços nos termos do Edital, dos Projetos Básico e Executivos e dos demais
anexos que compõem o processo da presente licitação.

(Local e data)

Assinatura e carimbo
(Responsável da empresa)



SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE VISTORIA



Declaro que, em ____/____/2021, às ____ horas, a empresa

_____, CNPJ Nº _____

Sediada à _____, telefone _____, vistoriou minuciosamente os locais onde serão executados os serviços Objeto **da Licitação das Estatais** – ETURB nº xxx/2023 –, tomando conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços licitados.

Teresina (PI), ____ de _____ de 2023

Responsável pela Empresa Contratante
da Empresa Licitante (ETURB)

Responsável Técnico



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos

ANEXO IX - MATRIZ DE RISCOS



PROBLEMA	RISCO	SOLUÇÃO
Não assinatura do contrato pela licitante vencedora	Prejuízo causado à administração pelo não cumprimento da proposta de preços	Convocar previamente a vencedora para assinatura do contrato, em caso de negativa, convocar a segunda colocada para assumir os preços da primeira, que receberá as punições previstas em lei.
Ausência de metodologia para fiscalizar o cumprimento das especificidades	Avaliação negativa pelos órgãos de controle	Ações de controle precisam saber o contexto no momento da contratação para avaliar riscos e falhas de contratação/execução. Referenciar nos documentos os fundamentos legais, metodológicos e as boas práticas adotadas. Documentar os fatos e indicadores que levaram às decisões tomadas no processo, especialmente quanto à escolha deste instrumento. Convidar os órgãos de controle para acompanhar o processo
Subestimar probabilidade ou impacto dos riscos identificados,	Elaborar o mapa de riscos, mas não atualizá-lo ou não executar suas ações, Desatualização do mapa de riscos	Incluir no mapa de risco o momento de cada ação e o responsável por executá-la. Incluir etapas de revisão e validação das ações do mapa de risco na gestão do projeto. Atualizar o mapa de risco periodicamente, realizando oficinas com os stakeholders do projeto onde sejam empregadas técnicas apropriadas ao correto mapeamento e dimensionamento dos riscos.
Extinção anormal do contrato:	Resolução do contrato por inadimplemento da contratada sem justificativa suficiente.	Exigir no edital a prestação de garantias contratuais pela contratada. Fundamentar a continuidade ou não da contratada em cada marco do afunilamento do contrato. Documentar



SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos



Prefeitura de
Teresina

Uma gestão integrada com o povo.

	- Resolução por caso fortuito ou força maior. - Ficar comprovada a impossibilidade tecnológica como resultado do esforço empregado. - Objetivo não ser alcançado e a contratada não conseguir demonstrar o esforço realizado. - Resilição do contrato por desinteresse da administração pública. - Indisponibilidade orçamentária ou financeira - Rescisão por desequilíbrio econômico-financeiro.	todas as decisões tomadas. Realizar planejamento orçamentário, especialmente se o projeto se estende por mais de um exercício financeiro. Adotar forma de remuneração que mitigue eventuais desequilíbrios contratuais. Incluir cláusula de repactuação no contrato. Solicitar orientação jurídica com relação à correta justificativa para os diferentes casos de finalização do contrato e quanto às providências cabíveis.
--	--	--



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos



ANEXO MODELO – X TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DE INFORMAÇÕES

Eu, _____, portador do RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____, representante legal da empresa _____, com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, firmo o presente Termo de Confidencialidade e Sigilo de Informações junto à EMPRESA TERESINENSE DE DESENVOLVIMENTO URBANO – ETURB, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx doravante denominada ETURB, em razão do contrato nº _____, cujo objeto é _____, considerando as condições abaixo descritas:

1. Das informações:

Informação da ETURB deve significar, sem se limitar a toda e qualquer informação, de natureza técnica, operacional, jurídica, tecnológica e comercial, tais como, mas não somente, dados, dados pessoais, especificações, segredos industriais, “know-how”, preços, estratégias de negócios, sistemas, planos de negócios, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, documentos, contratos, papéis, estudos, pareceres e pesquisas, disponibilizadas por escrito, oralmente, na forma de modelos, amostras, programas de computador ou por qualquer outra forma.

1. Do uso das informações:

A CONTRATADA declara que a utilização das informações da ETURB se dará com o propósito restrito de se fazer cumprir o estabelecido e acordado no contrato firmado entre as partes, devendo comunicar imediatamente a ETURB em caso de ocorrência de eventuais vazamentos, extravios ou perdas desses materiais para que sejam tomadas as medidas cabíveis conforme Política de Proteção de Dados Pessoais e Política de Segurança da Informação da ETURB. Para tanto a CONTRATADA adotará práticas de segurança da informação, nos meios empregados, no intuito de garantir a inviolabilidade e proteção das informações a que tiver acesso.

3. Da não divulgação:

Por este termo, a CONTRATADA se compromete a não utilizar as informações a que tiver acesso em razão de suas atividades para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro e não se apropriar de qualquer material que venha a estar disponível.



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br

SEMA

Secretaria Municipal de
Administração e Recursos Humanos



A CONTRATADA obriga-se, ainda, a não discutir, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações da Companhia, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa física ou jurídica e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada à prestação do serviço, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que por qualquer razão tenha acesso a elas.

2. Do prazo:

O presente Instrumento será válido a partir de sua assinatura, sendo suas disposições, no entanto, retroativas a quaisquer informações da ETURB que tenham sido anteriormente divulgadas entre as partes, nos termos do presente acordo.

As obrigações de confidencialidade e demais responsabilidades decorrentes do presente Instrumento, ocorrerão durante todo o período de execução dos serviços e permanecerão em vigor a partir do término da contratação e conforme a legislação aplicável concernente a dever de sigilo sobre informações pessoais, comerciais, concorrenciais, estratégicas e empresariais

3. Da responsabilidade:

A não observância, por qualquer motivo, de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste Instrumento ou o inadimplemento das obrigações prescritas neste documento sujeita a CONTRADA às penalidades estabelecidas em lei.

Teresina, __ de _____ de 2023.

Nome

(Carimbo da empresa)



Rua Firmino Pires, 121, Centro/Teresina - CEP 64000-070



(86) 3229-0001/3229-0002



sema@pmt.pi.gov.br